

Dossiê Antropologia e imagem: produções visuais na cidade

Uso do desenho como ferramenta de percepção e transmissão: Construção social do Mercado Público de Pelotas (RS)

Tanize Machado Garcia¹

Doutoranda em Antropologia – PPGAnt
Universidade Federal de Pelotas

Daniele Borges Bezerra²

Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Pelotas
Coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção da Imagem e do Som (LEPPAIS-UFPel)

RESUMO

Este artigo apresenta a contribuição do desenho para a apreensão da construção social dos espaços do Mercado Público de Pelotas (RS) e para a instrumentalização científica poético-narrativa em antropologia visual. A análise parte de uma audiência pública, ocorrida em 2017, em que múltiplos atores a partir do conflito, negociaram a utilização do local para eventos musicais. Como ferramenta nessa situação de pesquisa, o desenho em antropologia urbana, permitiu apreender diferentes perspectivas, usos e significados socioculturais atribuídos ao patrimônio cultural. Assim, as imagens desenhadas pela pesquisadora, anexadas à malha do texto, habitam as páginas como os territórios da cidade são habitados pelos cidadãos em seus fluxos.

Palavras-chave: Antropologia Urbana; Antropologia Visual; Desenho; Mercado Público de Pelotas; Escritura Antropoética.

Use of drawing as a tool for the perception and transmission: Social construction of Public Market of Pelotas (RS)

ABSTRACT

This article presents the contribution of drawing to the apprehension of the social construction of spaces in the Public Market of Pelotas (RS) and for the poetic-narrative scientific instrumentalization in visual anthropology. The analysis comes from a public audience, held in 2017, in which multiple actors from the conflict, negotiated the use of the venue for musical events. As a tool in this research situation, drawing in urban anthropology, allowed to apprehend different perspectives, uses and sociocultural meanings attributed to cultural heritage. Thus, the images drawn by the researcher, attached to the text grid, inhabit the pages as the territories of the city are inhabited by the citizens in their flows.

Keywords: Urban Anthropology; Visual Anthropology; Drawing; Pelotas Public Market; Anthropoetic Scripture.

Utilizando el dibujo como herramienta de percepción y transmisión: Construcción social del Mercado Público de Pelotas (RS)

RESUMEN

Este artículo presenta la contribución del dibujo a la comprensión de la construcción social de espacios en el Mercado Público de Pelotas (RS) y a la instrumentalización científica poética-narrativa en antropología visual. El análisis proviene de una audiencia pública, celebrada en 2017, en la que múltiples actores del conflicto, negociaron el uso del lugar para eventos musicales. Como herramienta en esta situación de investigación, el dibujo de la antropología urbana permitió comprender diferentes perspectivas, usos y significados socioculturales atribuidos al patrimonio cultural. Por lo tanto, las imágenes dibujadas por el investigador, adjuntas a la cuadrícula de texto, habitan las páginas como los territorios de la ciudad están habitados por los ciudadanos en sus flujos.

Palabras clave: Antropología urbana; Antropología visual; Dibujo; Mercado Público de Pelotas; Escritura Antropoética.

Introdução

Este artigo traz um recorte da dissertação de mestrado Mercado Público de Pelotas no País das Maravilhas: uma etnografia sobre a pluralidade narrativa de um patrimônio em disputa (GARCIA, 2018), apresentando discussões que resultam de experiência empírica da pesquisadora em uma audiência pública ocorrida em março de 2017, na Câmara de Vereadores da cidade de Pelotas (RS). Essa audiência tinha como objetivo discutir as razões pelas quais os eventos musicais que aconteciam semanalmente no interior do Mercado Público (MP), iniciados em 2014, haviam sido suspensos, sem notificação, por parte dos gestores do espaço. Esse fragmento fez-se importante de ser revisitado em face da duração de seus desdobramentos, perceptível em múltiplas transformações das dinâmicas sociais que ocorreram no Mercado Público durante os dois anos de pesquisa, quando foi possível apreender, a partir das negociações em torno dos espaços urbanos, feitas por atores plurais em situação de conflito, como se dá a construção social dos espaços de patrimônio público cultural.

O momento da audiência foi compreendido como uma situação social, de acordo com Max Gluckman (1987), da qual emergiram reflexões acerca das negociações de grupos plurais, dentre eles, agentes do poder público, músicos, promotores de eventos, permissionários, frequentadores, que se uniram em negociação sobre os diferentes interesses de uso do território do Mercado. Mas, primordialmente, o questionamento da pesquisadora era sobre a quem (ou a quais grupos) é dado o direito de usufruir do patrimônio cultural cidadão, e como isso se constrói cotidianamente. Partindo da situação de conflito da audiência, foi possível abstrair as partes dessa estrutura e identificar quais os grupos implicados em defender seus interesses. A análise dos desenhos, tanto quanto as anotações produzidas pela pesquisadora permitiram perceber a tensão entre os campos de força gerada na audiência, delineando diversas narrativas dos grupos heterogêneos que habitam o Mercado cotidianamente. Nesse sentido, os desenhos tornam visíveis os processos de negociação entre os cidadãos praticantes do evento e o poder público, uma vez que ambos os grupos imprimem no espaço, tanto objetiva quanto subjetivamente, os significados sociais de ocupação dos espaços públicos da cidade. Concordamos, assim, com Fabiana Bruno (2019), quando afirma que também é possível fazer ver pelas imagens (BRUNO, 2019).

Na forma de um ensaio antropológico³, ou seja, de um registro reflexivo feito por meio de desenhos e textos, trazemos os principais desdobramentos e reflexões sobre a audiência que evidenciavam um bem em disputa. Conforme Patrícia Pinheiro, Claudia

Turra Magni e Marília Kosky (2019), o termo “antropoético” se traduz pelo movimento através de fronteiras de saberes e fazeres, entre antropologia e ética, entre áreas de conhecimento que se interconectam pelos interesses dos pesquisadores, e que se ligam pela poética. Sobretudo, ressaltamos que os desenhos foram utilizados como grafia, não como ilustração, pois derivam de uma relação construída entre a pesquisadora implicada no campo e a produção epistemológica decorrente. Ainda no que se refere aos modos de fazer na pesquisa antropológica, consideramos que a escritura antropoética (PINHEIRO; MAGNI; KOSBY; 2019) também é resultado da experimentação de ferramentas metafóricas utilizadas para lidar com conhecimentos plurais. Essas novas ferramentas surgem a toda nova investida em campo pelas particularidades vividas por cada pesquisador, e são postas à prova pela criatividade empregada por cada um. Isso gera um aprendizado constante de novas habilidades, com implicações teóricas contundentes, seguindo os passos de Mariza Peirano (1995) e ratificando a ideia de uma antropologia no plural (PEIRANO, 1992). Por isso, optou-se pela não denominação das imagens como figuras. Busca-se, dessa forma, refletir sobre as contribuições dos desenhos na apresentação ética e poética da escrita etnográfica resultante de pesquisas em antropologia urbana e, assim, expor imagetivamente as negociações feitas entre o poder público e os cidadãos, delineando diferentes perspectivas. Como consequência desse processo, evidenciam-se distintas formas semânticas de patrimônio, apreendidas e retransmitidas através das imagens.

Assim, parte-se da ideia de que os sentidos socioespaciais do meio urbano não se encerram na forma das coisas da cidade, mas na maneira como os cidadãos dão forma às coisas urbanas. A antropóloga, ao optar pelo uso da ferramenta metodológica do desenho, tanto na etapa de pesquisa empírica quanto na escrita etnográfica, encorajou-nos a defender a inscrição visual pelo desenho como uma forma de grafia análoga à escrita, na qual o primeiro acumula a trama do drama patrimonial, complementando as reflexões conduzidas pelos textos e teorias.

De acordo com Paul Ricoeur (1998), a cidade é lócus possível de leitura, que se dá por meio da narratividade da sua própria arquitetura. Em seus fluxos, metaforicamente, as cidades são como textos, cujos significados são dados pelos seus leitores, que são, em grande medida, os cidadãos que as habitam. Desse modo, inscreve-se no texto, pela imagem, a intriga do patrimônio, meio pelo qual a hermenêutica da cidade evidencia diferentes pontos de vista que a conduzem às ininterruptas transformações negociadas pelos sujeitos urbanos. Assim, o exercício de revisitar a pesquisa e (re)imaginar as experiências pelo desenho implica em reconhecer que os locais de patrimônio urbano

ganham formas e significados na nossa memória e também geram memórias, pensamentos, discussões, a partir de sua duração.

Dessa forma, é pelo exercício da disciplina que esta se (re)inventa. Com isso, o processo de registro pelo desenho e pela escrita em diários gráficos, a partir da observação participante, não corresponde somente à criação de dados, mas é entendido como um meio de conhecer pelo processo de desenhar, procedimento densamente abordado por autores como Tim Ingold (2007) e Aina Azevedo (2016). Ademais, a produção de dados é perpassada pela produção de sentidos, conforme afirma David Le Breton (2016). Isso nos permite investir no desenho como ferramenta semiótica de escritura etnográfica, ou seja, com potencial agregador de outras percepções sobre o campo de pesquisa, proporcionando também uma forma de restituição acessível e aberta a outras interpretações, em face da potência viva, incompleta e aberta das linguagens visuais no contexto da transmissão de informações (BEZERRA, 2019).

Consideramos que o mundo que habitamos habita em nós, e tudo é conectado por linhas a uma malha (INGOLD, 2012). Dessa forma, as pessoas habitam nossas experiências antropológicas, e como estratégia de manutenção ética das impressões vividas pretende-se com os desenhos que as impressões que vivenciamos habitem também nossos produtos científicos finais.

A audiência pública...

[...] Pelotas, 23 de fevereiro de 2017.

Ao Excelentíssimo presidente da Câmara [...].

Proposição de Audiência Pública.

A vereadora, e que subscreve no alto das suas atribuições, solicita que seja encaminhado para apreciação da Câmara e da Comissão Temática de Cultura a proposição de audiência pública sobre o Mercado Público Municipal de Pelotas, no dia 14 de março, às 18h e 30min no plenário da Câmara. Pela iniciativa que se justifica pelas mudanças estruturais dentro das dependências do Mercado propostas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET).

Que haja consenso e diálogo com a população que hoje promove e utiliza o Mercado Público para atividades culturais [...].

(Ato de convocatória, Audiência Pública: Mercado Público Municipal de Pelotas, 2017). (GARCIA, 2018, p.87).

Os eventos (ou festas populares) que aconteciam no Mercado Público de Pelotas (RS) naquela época, destacavam a presença de público plural. Pouco tempo depois da requalificação patrimonial do espaço⁴, entre 2009 e 2013, uma série de atividades culturais era realizada pela gestão pública. Os encontros populares de música foram construídos e se mantinham pela ação da “comunidade” frequentadora do Mercado, com aval da Secretaria de Cultura do município, desde 2014, quando músicos da cidade propuseram realizar rodas de samba no local, nos sábados ao entardecer. Em 2016, o evento *Sexta Black* começou a se fortalecer no MP aumentando e direcionando outros públicos ao *centro histórico* da cidade.

A *Sexta Black* tinha como característica a predominância de pessoas apreciadoras do estilo musical denominado *charme* afro-americano, sem faixa etária definida, e era organizada, promovida e frequentada por residentes de bairros periféricos. Os encontros imprimiam ao local forte identificação com as origens africanas, cuja representatividade no município é marcante. A presença de pessoas pobres, residentes da periferia e/ou negras frequentando com assiduidade o Mercado se destacou como o cerne das discussões na audiência pública. Entretanto, considera-se que o estereótipo da pobreza associado à imagem das comunidades negras, tenha sido predominante nesses debates, do mesmo modo como essas comunidades representam um dos significativos apagamentos culturais dos discursos oficiais sobre as origens de Pelotas. Essas narrativas são, predominantemente, baseadas na influência europeia e na opulência econômica financiada, nos séculos XVIII e XIX, pelas charqueadas mantidas pela mão de obra negra escravizada. No mesmo período, era edificada a área central da cidade: o *centro histórico*, atualmente inventariado e/ou tombado como patrimônio cultural, onde está situado o Mercado Público. O contexto histórico utilizado nessas narrativas é aquele no qual a figura do negro surge como força de trabalho *inevitável*, e não como produtora de cultura. Atualmente, o Mercado recebe forte reforço administrativo e midiático como atrativo turístico do município, sendo símbolo eleito para tratar do tema do patrimônio e da cultura no *site* da cidade (GARCIA, 2018).

No decurso das edições semanais, o evento havia se fortalecido, e contava com um público frequentador cada vez maior. A partir daí passou a se tornar alvo de conflitos entre os permissionários das bancas e a administração pública que gerenciava o local, daí partindo as iniciativas de modificação dos eventos musicais, colocadas em ação pelos gestores municipais. Isso culminou na suspensão dos eventos sem aviso prévio, o que motivou o apelo junto aos gestores do poder executivo para a convocação da audiência pública de março de 2017. Salienta-se que em nenhum termo oficial foi encontrada

qualquer justificativa para o cancelamento das festas. Tampouco a convocação pública explicitava quais as modificações que ocorreriam, principiando uma série de especulações que chegaram aos telejornais locais, indicando inclusive a possibilidade de cancelamento permanente de eventos no interior do Mercado Público. Essas dúvidas somente seriam esclarecidas no momento da reunião na Câmara Municipal de Pelotas.

A câmara de vereadores da cidade fica localizada a poucos quarteirões de distância do MP e funciona em um *casarão* (termo que designa as edificações em estilo colonial, institucionalizadas pelo tombo ou inventário) restaurado e reformado para a finalidade de acomodar a “Casa do Povo”. No dia marcado para a audiência pública, aos poucos foram aparecendo no local pessoas sozinhas ou em pequenos grupos, que ficavam paradas junto à porta de vidro, como se esperassem a chegada de mais alguém. Contudo, em alguma medida, as pessoas pareciam se sentir *intimidadas* naquele lugar formal ou *espaço de poder*, evitando entrar logo no prédio. De acordo com Rogério Proença Leite (2010, p. 84), enquanto espaço de poder, o espaço público é lugar de pertencimentos, pela diversidade de vínculos e atribuições de significados. Ele não está imune às desigualdades sociais e às dissimetrias do poder; ao contrário, essas características perpassam sua construção social.

Aos poucos as pessoas foram se acomodando nas poltronas da plenária, de acordo com afinidades que iam sendo percebidas na medida em que trocavam sinais de identificação com um ou outro grupo. Pairava no ar certa densidade atravessada pela conversação mantida em tom baixo, os rostos constrictos. As pessoas que aguardavam gesticulavam muito com as mãos e, com a cabeça, faziam o sinal negativo. Dentre os presentes estavam os músicos, DJs e promotores dos eventos no Mercado Público, alguns destes residentes em conjuntos habitacionais marginais ao centro, caracterizados pela constante associação às narrativas que tratam essas populações como *periféricas* e *marginalizadas*, cujos significados são pejorativamente traduzidos como *pobreza* e *violência*. Outras pessoas da comunidade chegavam para a reunião, como permissionários, radialistas, jornalistas. De forma geral, eram pessoas interessadas em saber quais decisões seriam tomadas a partir daquela reunião. Mas foi somente quando chegaram a vereadora proponente da audiência, três outros vereadores e os representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SDET) e da Secretaria de Cultura (Secult), após o horário marcado, que se deu início ao ato.

A vereadora proponente abriu a audiência com a leitura do ato da convocatória, expondo que sua motivação para a proposição teria se dado pelo fato de haver sido procurada por permissionários e promotores dos eventos, que lhe relataram que a

suspensão dos encontros culturais com música os havia surpreendido. Dessa maneira, eles alegavam não estarem interessados em mudanças na forma como os eventos estavam acontecendo. Ela declarou também que aquela reunião havia sido convocada com a pretensão de criar um espaço e um momento para que os gestores públicos “escutassem as pessoas e discutissem, que projeto de mudança é esse?” (Vereadora apud GARCIA, 2018).

A seguir, foi passada a vez de falar para o titular da SDET, que apresentou o teor das mudanças do ponto de vista da gestão pública, algo que até aquele momento orbitava na esfera dos boatos. Durante a exposição, ele também relatou algumas justificativas para a ação. A partir de então, os interessados em se manifestar, representando os frequentadores do Mercado Público e das festas, começaram a se organizar para as falas. Foi possível, assim, compreender a estratégia utilizada pelo poder público, com a criação de um clima de poder. Por outro lado, desde a suspensão dos eventos, os promotores e interessados nas festas já haviam estabelecido algumas táticas para iniciar a negociação dos encontros musicais. Isso se deu no momento em que acionaram a vereadora. À luz de Michel De Certeau (1998), por “estratégias” entendemos operações de poder, que, quando isoladas, referem-se aos procedimentos institucionais. Por “táticas”, compreendemos as ações adotadas pelos coletivos urbanos, que se revelam pelas artes de fazer dos cidadãos. Elas não são isoláveis, pois se diluem nos modos de fazer e negociar o cotidiano.

Segundo a SDET, os eventos não corriam o risco de cancelamento, mas precisariam ser o quanto antes transferidos para um novo local, ainda no interior do próprio Mercado Público. Até a última edição, tanto a *Sexta Black* quanto os encontros de samba, que ocorriam aos sábados, recebiam frequentadores em escala crescente na principal praça de alimentação do interior do MP, que recebe o nome de Pátio 4. Com a alteração, os eventos deveriam ser removidos para o Pátio 1, uma área menos frequentada e que, segundo o poder público, seria mais *propícia* para os encontros musicais. Esse local teria seu nome alterado para Pátio Cultural. Em vista disso, o gestor justificou a ação pelo fato de os eventos configurarem momentos em que o MP recebia um número muito grande de pessoas. Para a administração, isso excedia a capacidade de carga para a qual “se tinha planejado a reforma de revitalização” (Secretário da SDET apud GARCIA, 2018) do Mercado. Também foi relatado que o aumento do fluxo de pessoas nas dependências do edifício sobrecarregava os sistemas de abastecimento de água e energia elétrica, causando inúmeras quedas de luz e prejuízos para os permissionários das bancas de alimentos e bebidas.



Imagem 01: Um grupo que ganha sentido a partir do conflito, de onde emergem outros grupos, margens e fronteiras.

Não somente pelo que era dito, mas também pela linguagem dos corpos no espaço, era possível perceber diferenças na forma como os agentes públicos ali presentes exprimiam suas posições. Enquanto alguns deles demonstravam semblantes distendidos, outros se destacavam pela atitude um tanto *blasé* e pareciam estar desatentos ao que ocorria. Por outro lado, havia os que deixavam perceber a preocupação, alguma irritação e até fúria. Não se poderia deixar de considerar a familiaridade dos gestores com aquele ambiente e, ainda que a bancada onde se encontravam exibisse em caixa alta um letrero que dizia que *todo poder emana do povo*, os gestores que representavam esse poder manipulavam estrategicamente planos que alteravam os arranjos populares para os usos do Mercado Público.

De acordo com Gluckman (1987), uma situação social como a do conflito patrimonial, numa primeira análise, forma um grande grupo, unido por uma razão, do qual a observação atenta permite que se identifiquem quais os elementos que compõem a estrutura de sua formação. A forma como os sujeitos ocupavam o espaço da câmara *silenciosamente* começava a expressar distinções entre os grupos. A expressão física dos corpos delineava a tensão que se colocava pela própria configuração espacial. Quer fosse

pela expressão de poder daqueles que estavam *acima*, quer fosse pela reivindicação por representatividade daqueles que se encontravam *abaixo*. Dessa maneira, as anotações e as notações em desenhos realizados sobre a *situação*, permitem perceber que, mesmo que nada fosse dito, são expressas no espaço e pelas *coisas do lugar* diferenças de representatividade do poder, formas de cooperação e união em prol de um mesmo interesse, como no caso das comunidades em negociação para os usos do Mercado Público. Pela comoção das pessoas e por suas presenças na câmara de vereadores naquela noite, percebia-se que sem negociação não se encerraria o ato. Assim, o exercício do *poder* parecia criar uma *força de poder* direcionada aos que “assistiam” na plateia da plenária e aguardavam por sua vez de se pronunciar, enquanto os gestores públicos permaneciam sentados na parte elevada da sala, com suas vozes sustentadas por microfones.

Chegava, assim, o tempo dessas outras falas e era passada a palavra aos que estavam na assistência. Um permissionário destacou que, diferentemente do que havia sido dito pelo agente da SDET, a alteração dos eventos não teria sido motivada pela capacidade de carga interna do Mercado Público, mas por interesses “*particulares*” de uma permissionária cujo restaurante ficava no mesmo espaço onde os eventos aconteciam, o Pátio 4, somados aos interesses do poder público em remover “gente pobre e gente negra do Mercado” (Permissionário apud GARCIA, 2018). Segundo ele, mensagens haviam sido trocadas entre um grupo seletivo de pessoas, por intermédio do aplicativo *Whatsapp*, meio pelo qual outras negociações para o espaço e para os eventos haviam sido feitas. Aos poucos, a força criada em sentido contrário às decisões do poder público estabelecia a tensão e o tom da audiência, pois foi a partir dessa manifestação que os demais presentes conduziram seus discursos. Trocavam-se impressões e acusações de lado a lado.



Imagem 02: Protagonismo negro na Audiência Pública.

Após essa intervenção, uma sucessão de pessoas declarou ser aquela uma determinação “racista, que visava o afastamento de negros e pobres do Mercado Público” (Frequentadora, Audiência, 2017). O processo de negociação continuava quando um dos promotores da *Sexta Black* argumentou que a proposta do poder público parecia “discriminar a gente negra, a gente pobre. Peço que não nos tire dali (...)” (Promotor apud GARCIA, 2018).

Retornando a fala para os gestores e vereadores, sucedeu-se uma série de explicações sobre a necessidade de mudança imediata dos eventos. Outros argumentos foram levantados por um vereador que, tentando fortalecer a pauta do partido político que representava, defendia a permanência dos eventos *onde e como* estavam sendo construídos pela comunidade, devido ao histórico afastamento daqueles grupos dos contextos socioculturais do patrimônio em Pelotas. Dessa forma, as transformações propostas pelos gestores na audiência passariam a mensagem de que havia esforços em manter um espaço “privilegiado” para a minoria entendida como elite dentro do Mercado. Logo, a manutenção dos eventos como estavam desconstruiria a ideia de uma possível *elitização* do local. Por outro lado, um terceiro vereador propôs a transferência dos eventos em caráter de teste para o Pátio 1, pelo período de sessenta dias. Tendo ocorrido uma espécie de votação velada entre os gestores públicos presentes, essa última proposta foi acatada pelo representante da SDET. Os esforços de reativação das festas sem qualquer alteração foram desconsiderados imediatamente, pelos gestores presentes na plenária.

Houve também a anuência da vereadora proponente da audiência a essa proposta de teste dos eventos no Pátio 1 pelo prazo de sessenta dias. Entretanto, o resultado da negociação não agradou aos representantes das comunidades negras e dos promotores das festas ali presentes. Mesmo inconformados com o resultado daquele debate, eles se retiraram tão logo a audiência pública foi dada por encerrada, levando consigo apenas uma *promessa* de que, após o período estabelecido, seria convocada uma nova audiência para novos debates.

Para apreender os significados contidos nas narrativas produzidas pelas pessoas na audiência, era necessário compreender o que significavam os espaços: a) do Pátio 4, onde a *Sexta Black* era realizada antes da suspensão, ou seja, dias antes da audiência; e b) do Pátio 1, para onde seriam direcionados os eventos. O que esses espaços representavam em termos de narrativas associadas aos discursos oficiais e particulares sobre a cidade a partir das experiências daquelas pessoas nesses locais?



Imagem 03: Pátio 1 versus Pátio 4

Dessa forma, adentrando as portas abertas por Aina Azevedo (2016) no caminho da antropologia desenhada, não apenas desenhamos mas também, retiramos os desenhos dos diários de campo, e essas imagens passaram a adensar de conhecimento empírico a escrita. Isso se dá justamente pelo fato de não nos colocarmos como artistas, mas como antropólogas em busca da maior variedade possível de instrumentos que nos permitam conhecer, descrever, registrar. Não somente anotar o universo pesquisado, mas *notar*,

perceber, pela experiência. Ao longo de uma semana de campo, um desenho foi produzido, abarcando a diversidade de dinâmicas sociais que ocorriam nas mais variadas horas dos dias que se seguiam. De acordo com Mitch Miller (2014), a técnica de desenho dialético (tradução nossa) visa o resultado desenhado das experiências empíricas influenciadas pelos interlocutores das pesquisas e da experiência da pesquisadora em campo, portanto se deu como resultado de nossas interações, conversas e experiências através dos dias da semana. Ao revisitar o Mercado Público pelo desenho, percebeu-se que as atividades comerciais do MP, após a requalificação patrimonial, determinavam algumas formas de socialização dos frequentadores.

O Mercado Público, atualmente, obedece a um *mix de serviços*⁵ que rege a forma como devem ser distribuídas as atividades econômicas das bancas internas e externas. O edifício é dividido em quatro áreas internas de circulação, conectadas por corredores que formam uma espécie de cruz. Cada uma dessas áreas⁶ recebe o nome de Pátio e estes são numerados de um até quatro.

A *Sexta Black*, um dos eventos mais mencionados nas discussões na audiência, ocorria no Pátio 4, onde está situada a principal praça de alimentação do interior do Mercado, que dispõe de restaurantes, bares e docerias. Observou-se no período da pesquisa que o público, de forma geral, permanecia mais nesse local, que, por sua vez, tinha como referência externa a *cidade histórica*⁶.



Imagem 04: Ficção temporal: narrativas de fachada

A representatividade da paisagem externa (*o centro histórico*), que é o acesso contíguo ao Pátio 4 do Mercado, parecia acirrar a disputa pela permanência dos grupos ali, e constituía uma espécie de fronteira social com limites narrativos e visuais definidos pelas edificações do entorno do Mercado (Garcia, 2018), uma vez que fazer parte daquele espaço significava inserir grupos historicamente postos à margem das narrativas oficiais sobre Pelotas. Esses coletivos, incluídos nas dinâmicas cotidianas do MP, tornavam-se sujeitos editores dos discursos. Além disso, a grande maioria dos bares e restaurantes daquele quadrante contava com mesas e cadeiras, e havia um ponto de táxi nas proximidades, diferentemente das atividades restritas às outras áreas, como o Pátio 1, que são locais de passagem interna e externa, próximos de pontos de ônibus.

Como já apontamos, o aumento de visitantes na área do *centro histórico*, que se destinavam à *Sexta-Black*, nas noites de sexta-feira, começava a despertar a atenção dos gestores, tendo se tornado motivo de conflitos que culminaram na audiência do início do mês de março de 2017. Entretanto, a configuração social das atividades e da edificação do Pátio 4 passara a ser fundamental para a realização da festa, quer pelo suporte físico das bancas ao redor, quer pelos laços de amizade construídos por promotores e frequentadores da *Sexta Black* com os permissionários e funcionários das bancas. A transferência dos eventos, proposta para o Pátio 1 (Pátio Cultural), afetaria diretamente essas relações, o que apareceu em muitas narrativas dos participantes que se pronunciaram na audiência. Nesse sentido, é importante ressaltar a não identificação dos promotores das festas com a denominação Pátio Cultural, demonstrando a relutância em aceitar o espaço como *palco* definitivo da *Sexta*. Assim como, os aspectos físicos do Pátio 1 para compreensão das falas dos manifestantes.



Imagem 05: Aquilo que se dá a ver e aquilo que falam “deles”...

O Pátio 1 guarda relação física e econômica com atividades comerciais como peixarias, área de carnes e barbearias, sendo porta de acesso ao *centro comercial* da cidade. Entre as reclamações dos participantes e promotores dos eventos presentes na audiência, os bares, restaurantes e docerias do entorno do Pátio 4 proporcionavam o conforto de uma festa: bebida, petiscos, serviços de garçom, que foram sendo incorporados aos modos de fazer dos participantes. Já o relativo isolamento do Pátio 1 em relação ao fluxo de pessoas que frequentavam o Mercado em busca de lazer, bem como os odores que provinham da área de carnes e a relação direta com o estacionamento, área de carga e descarga de materiais, imprimiam ao espaço um caráter marginal. Em vista disso, aquele espaço não interessava os organizadores e participantes dos eventos, pois não os incluía no cotidiano do patrimônio público que, como muitos declaravam, era de todos. Entretanto, seria necessário lutar para permanecer.

Para Tim Ingold (2007), “dar forma” é mais importante que a própria “forma”, pois enquanto a forma significa morte, dar forma é gerar vida, substituindo o modelo de coisas acabadas, mortas. Assim, propomos, como metáfora, a relação entre arte e tecnologia para pensarmos o lugar (Mercado Público) como matéria morta que ganha vida a partir de fluxos e transformações promovidos pelas dinâmicas das interações e disputas sociais. O MP, por conseguinte, é a matéria sobre a qual os sujeitos aplicam tecnologias de movimento, através de suas escolhas, que são as artes de viver. Pensamos na arte não só como produto estético, mas como expressão humana inserida no embate entre estratégias e táticas que dão vida ao patrimônio. Assim, o espaço do Mercado é transformado em lugar, pois a forma é moldada pelas artes das narrativas vivas – arte enquanto agência, portanto (GELL, 2018) –, promovendo uma interferência nos campos de força e de poder pelas táticas que intervêm nas estratégias.

Na semana que se seguiu à audiência, os eventos passaram a ocorrer no novo Pátio Cultural. Consequentemente, as negociações iniciadas na audiência tiveram continuidade no próprio Mercado Público. Segundo Paul Ricoeur (1998), a narrativa arquitetural passa por uma etapa de configuração, o que significa dizer que agrega ares literários que compõem discursos sobre a cidade. Essas narrativas proporcionam ao pesquisador adentrar o campo da hermenêutica do urbano, ampliando a percepção e a apreensão do que *falam* os espaços, ou seja, dão a ver como a cidade é vivida sob a lógica de seus habitantes. Do mesmo modo, permitem perceber como esses espaços são utilizados como

estratégia de domínio e manutenção do poder de alguns grupos sobre outros, o que não pressupõe a aceitação sem negociação.

Por isso, a partir do momento em que ficaram suspensos os eventos, o que se entendia como proposta de reajuste aos poucos ganhava caráter de determinação. A nova configuração do uso dos espaços, tal qual um drama, colocou em “intriga” (RICOUER, 1998, p.50) pontos de vista distintos e conflitantes, que passaram a ser negociados a partir do *romance* dessas relações sociais.

Enquanto isso, no Mercado Público... Que Mercado é esse?

Os eventos culturais e musicais no Mercado Público são atribuição da Secult cuja pessoa responsável na época da pesquisa era Agabê, mulher negra, já em idade madura, que gozava de carisma e firmeza em seus gestos e meios de lidar com seus interlocutores. Ela transitava entre os papéis de gestora pública e frequentadora dos eventos, e teve atuação fundamental na compreensão das negociações do espaço durante aquele ano.

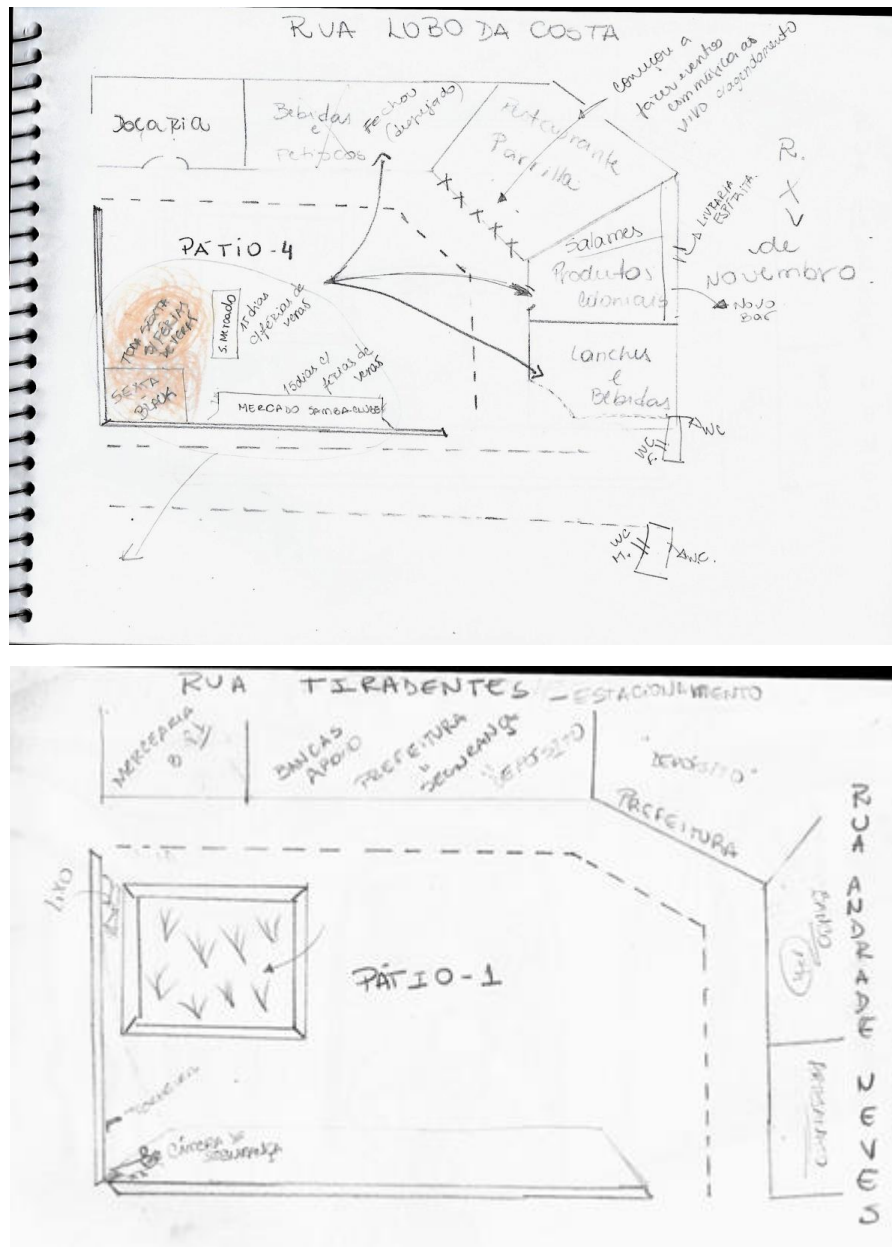


Imagem 06: Iguais mas diferentes...

Se, em termos físicos, o Mercado é um quadrado dividido em quatro partes iguais, no que diz respeito aos aspectos sociais, cada um dos espaços revela uma morfologia distinta. Destacaremos as diferenças entre os Pátios 4 e 1, pois melhor se aplicam a esse recorte. Segundo Seu Erre, que mantinha uma banca no Pátio 1, o local era uma área de poucos investimentos relacionados ao turismo. Ele também afirmava que muitos trabalhadores das lojas do *centro comercial* se dirigiam àquela parte do Mercado para aquecer suas “marmitas” (Seu Erre apud Garcia, 2018) por um preço baixo e aguardar o

encerramento do intervalo destinado ao almoço. Ainda segundo ele, alguns permissionários usavam aquele espaço para lavar utensílios como panelas e baldes.

Para Seu Erre, havia uma grande diferença em relação aos usos dos espaços e aos incentivos feitos pela gestão do Mercado, o que acabava por dividi-lo em duas partes, uma turística e outra de suporte ao turismo, pois ali as bancas em disponibilidade eram utilizadas para trocas de vigilância e depósito de materiais diversos.

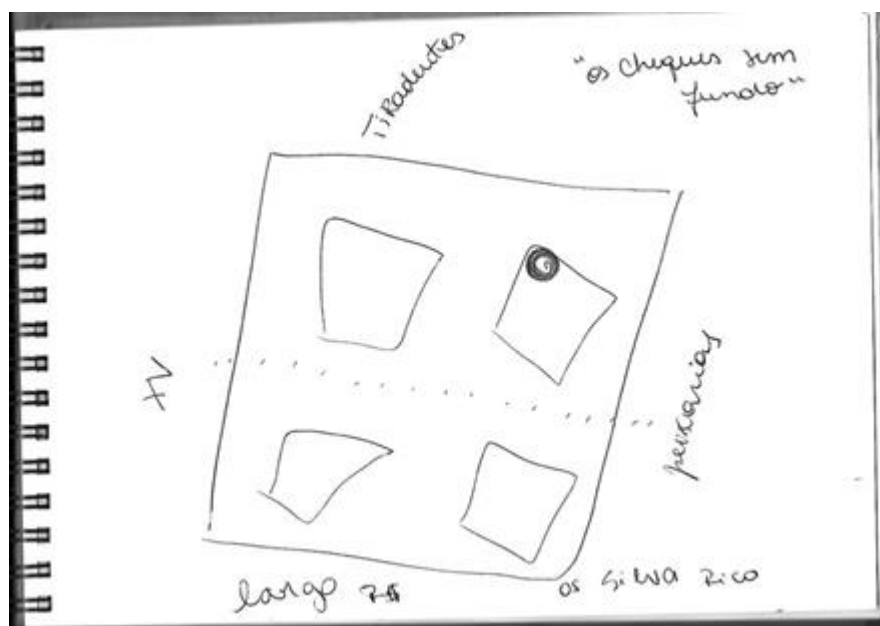


Imagem 07: Dividido e multiplicado

Nas palavras de Seu Erre, um lado pertencia aos “Silva Rico” e o outro, o do Pátio 1 ou Pátio Cultural, aos “Cheques Sem Fundo” (Garcia, 2018). Seu Erre dizia não saber desenhar, por isso pediu que a pesquisadora desenhasse conforme ele ditava, primeiramente um quadrado, que deveria ser dividido em duas partes, depois deveriam ser feitos os registros dos nomes. A partir desse pedido de registro visual, refletimos sobre o caráter da memória e da duração na (re)imaginação daquilo que é narrado na forma de uma imagem. Logo, análoga à transmissão da experiência pela narrativa desse interlocutor, *resta*, no desenho em forma de memória, a configuração social sobre o lugar narrado não apenas com a palavra, mas a narração de um gesto conduzido pela memória a ser desenhado no papel pela pesquisadora. Narrativamente, o Pátio 1 se assemelhava à ideia de periferia, e o Pátio 4 fazia referência ao *centro histórico*, cujos acessos eram a “fachada principal”, o que acirrava ainda mais as disputas pelo espaço.

Outro motivo de tensão foi a instalação de uma câmera de vigilância voltada para o interior do Pátio 1, e não para o movimento de passantes pela frente e no interior das bancas. Junto à câmera, uma placa foi fixada informando a capacidade de carga para o espaço, que era de, no máximo, duzentas e cinquenta pessoas. Entretanto, os frequentadores dos eventos superavam em muito essa marca e tinham como característica o movimento. Não foram encontradas outras placas desse tipo nos outros pátios durante a pesquisa de campo, nem mesmo câmeras direcionadas para o interior, o que fazia pensar que a *vigilância* localizada transmitia a sensação de uma tentativa de redução do evento em termos de participantes. Porém, a placa não surtiu efeitos em termos de contenção de público, e o que se percebeu ao longo do tempo foi exatamente o oposto. A *Sexta Black* manteve as mesmas características após a transferência.

Esse evento tinha surgido de forma espontânea no Pátio 4, a partir de 2016. Aos poucos, transformações foram sendo percebidas nos fluxos de pessoas pelo Mercado nas sextas-feiras. Uma sonoridade pulsante reunia diversos grupos em fileiras de dançarinos amadores ou profissionais, que compartilhavam alegria e animação junto com seus passos de dança, ensaiados ou não. Um aglomerado de pessoas amigas passou, assim, a se reunir em uma das bancas do Pátio 4, ao redor do *notebook* por meio do qual Dejota mostrava algumas músicas. Com o tempo, os encontros foram ficando mais frequentes e foi realizado um pedido de autorização formal junto à Secult, por parte desse grupo, pois, apesar de Dejota liderar a solicitação, ele sempre fazia uso do plural em suas falas. Dessa forma, ele buscava reforçar a ideia de que falava pelo coletivo que frequentava os eventos.

No início, a *Sexta Black* tinha uma hora de duração. Com a transferência para o Pátio 1, passou a se estender por cerca de três horas, tempo ainda ampliado pela movimentação para as montagens dos equipamentos, já que os *amigos da festa* se posicionavam para auxiliar Dejota na passagem de som. Essa mudança de fluxo de pessoas pelo Mercado era significativa na modificação da aura do local. Dejota sempre era o primeiro a se apresentar, anunciando no microfone o início da festa e convidando as pessoas para que ocupassem a *pista* e se divertissem ao som do *charme*, *pop-rock*, *funk* americano e *soul music*. Ainda que não fosse um evento exclusivamente negro, era manifesta a afirmação das origens africanas na forma como dançavam, nas características de vestuário alegre e colorido, penteados e cortes de cabelo que remetiam ao universo da música afro-americana e das culturas afro-brasileiras. Entretanto, dizia Dejota, “tu tá vendo, não tem só negro, só branco, só jovem, aqui tem de tudo, basta gostar e vir [...] é festa que rola nos bairros, agora no centro da cidade” (Dejota apud GARCIA, 2018).

A criação do Pátio Cultural aos poucos proporcionou uma reordenação espacial do trânsito social pelo Mercado. O público que frequentava os eventos passou, a cada edição, a se movimentar por uma área ainda maior para chegar até a nova *pista*. Os frequentadores aguardavam o início do evento espalhados pelas imediações das quatro faixas laterais do Mercado. Dessa forma, o fluxo dos frequentadores se espalhou por todas as áreas. As bebidas, de acordo com interlocutores, foram “proibidas” (extraoficialmente) de serem comercializadas em garrafas pela banca mais próxima aos eventos no Pátio 1. Isso teria motivado os permissionários do Pátio 4 a transportarem cervejas em garrafas de vidro, dentro de caixas de isopor, até o novo local. Dejeta afirma que incentivava o consumo de alimentos e bebidas das bancas do Mercado como mais uma forma de tornar interessante ao poder público a manutenção da festa. De acordo com ele, permanecer realizando os encontros da *Sexta Black* no Mercado era a única forma de garantir a manutenção da festa na agenda de eventos, era um ato de resistência e um meio de demonstrar que eles ainda permaneciam firmes no propósito de retornar para o Pátio 4.

Outra característica importante que se confirmou como mais uma tática utilizada pelos praticantes da festa era a musicalidade que tomava conta da região. Podia-se escutar por toda a área o som do *charme*. A esperança de retorno para o Pátio 4 era um sentimento evocado nas falas de interlocutores durante todo o período em que os eventos ocorreram no Pátio 1.



Imagem 08: Nos verão de volta...

Para De Certeau (1998), as práticas do espaço são entendidas também como táticas adotadas pelos cidadãos, que subvertem a ordem imposta pelos jogos de poder. Durante as edições da festa no Pátio 4, antes da suspensão, percebia-se que apenas uma das bancas do local fechava as portas ao acesso interno, dispondo em frente barreiras com engradados de bebida. A área de dentro da banca, cujas portas davam acesso ao pátio interno, não era utilizada. Em outras oportunidades, o local era tomado por mesas e cadeiras, ocupadas por clientes. Tratava-se de um restaurante de renome no Mercado, que foi mencionado na audiência pela articulação junto à gestão mediante trocas de mensagens pelo aplicativo *Whatsapp*. Com a remoção dos eventos, não mais foram percebidas portas fechadas no restaurante. Em alguns momentos, ao contrário, artistas se apresentavam no formato voz e violão, porém o estilo musical era bastante diverso daquele que conduzia o *balanço* da *Sexta Black*.

Os limites evidenciados pelas novas dinâmicas do MP, como os eventos culturais implementados nesse espaço público de patrimônio, trazem a necessidade de constantes negociações entre os planos de alteração da gestão pública e os usos que as pessoas fazem do lugar. Nesse sentido, as margens do que se considera centro e periferia são movimentadas (e alteradas) pela pluralidade de frequentadores do lugar e pela dialética entre a gestão pública e os cidadãos (AGIER, 2015). Com o passar do tempo, podia-se perceber que o movimento da festa tomava contornos que não eram restritos ao Pátio 1. Os frequentadores da *Sexta Black* ficavam dispersos por todas as áreas de circulação do MP, incluindo as áreas de carnes, estacionamento, praças de alimentação, àquelas cuja narrativa histórica apoiava o turismo.

Dessa forma, o que se pôde perceber foi que, com os usos definidos pelos frequentadores dos eventos, a estratégia utilizada pela administração para uma possível invisibilização dos grupos frequentadores das festas, acabou por modificar o fluxo de maneira a tornar ainda mais fortes e mais evidentes que aqueles grupos estavam presentes e *fixados* no Mercado Público de Pelotas, assim como a percepção de que as suas manifestações e imaginários já estavam atrelados à ideia do patrimônio cultural dos cidadãos.

Em meados de 2017, os eventos de *charme* retornaram ao Pátio 4, sem que para isso outra audiência tivesse sido convocada. A amplitude e visibilidade que os eventos haviam conquistado tinham sido o avesso das intenções manifestadas pelos gestores na audiência do início daquele ano e pelas estratégias adotadas durante o período de modificação. Para

Dejota, o retorno foi resultado “da pressão, porque a gente continuou sempre pedindo pra voltar e esperou por isso”. Entretanto, quando falamos em negociação, falamos de duas ou mais partes envolvidas. Destaca-se, dessa forma, a presença de Agabê, cujo trânsito foi marcado pela atuação entre os papéis de gestora pública responsável pelos eventos culturais, de mulher negra e de frequentadora das festas do Mercado. De acordo com Marcella Silva (2015), havia ambivalência na atuação de Agabê como agente de estado/frequentadora do Mercado, isso esconderia a necessidade de criar estratégias de atuação para manter as relações harmônicas entre as instâncias da administração pública (2015), na figura de Agabê como sua representante, e os promotores das festas.

Ademais, percebia-se que havia diferenças entre a forma de gerenciamento proposta pela SDET e pela Secult quando se tratava do Mercado Público. Os eventos aconteciam com a ciência e o apoio da Secretaria de Cultura, que criou, durante o período, um cargo de diretoria, delegado a Agabê, para tratar desses assuntos. Ela também redigiu uma solicitação na qual descrevia a diferença entre os pátios do Mercado, destacando as sensações que emanavam desses espaços. Segundo ela, o Pátio 1 era “gélido. Porque ele realmente era frio, com todas aquelas bancas fechadas e as portas cinzas” (Agabê apud GARCIA, 2018). Dessa forma, expressava que os eventos realizados pelas pessoas haviam ganhado significado também pela relação que tinha se estabelecido, sendo atribuídos às pessoas o *colorido* e o *calor* dos eventos. Já para Dejota, além da *pressão* a que submetiam o poder público (e à qual eram submetidos) e da *esperança*, o retorno teria se dado pelas constantes solicitações que eram feitas por eles à Secult, e também pela *paciência* na espera. Assim, considera que, em alguma medida, a transferência da festa foi borrando as fronteiras que separavam frio e calor, o cinza e o colorido.

Discussão e aspectos finais

Diante dos dados empíricos produzidos por meio dos desenhos realizados sobre o Mercado Público de Pelotas (RS), como forma de observação e notação através das imagens, foi possível abstrair as partes que formavam a estrutura social da audiência pública. Por meio do retorno aos desenhos produzidos, percebeu-se que restavam neles informações que ainda não haviam sido descritas ou analisadas, cujos rastros foram encontrados no exercício de redação deste artigo. Quando Fabiana Bruno (2019) afirma que o desenho permite abstrair do concreto da imagem aquilo que se percebe pelos

sentidos das linhas, e seus vãos, abre-se ainda mais a possibilidade de apreensão dos significados das lacunas observadas em campo.

Diante disso, afirma-se que as estratégias do poder público começaram a ser articuladas antes da suspensão dos eventos no Pátio 4, tendo sido alcançada pela experiência empírica que destacou o fechamento das portas de apenas um restaurante quando acontecia, na área interna, a *Sexta Black* (ver imagem *Iguais mas diferentes*, p. 15, e imagem *Me verão de volta*, p. 18). Essa prática já destacava uma tática de contenção e de imposição de limites utilizada pelos permissionários e frequentadores do restaurante em relação aos frequentadores e promotores da festa. Segundo as narrativas dos manifestantes na audiência, o conflito de interesses já estava posto mediante a negociação com alguns permissionários que não compareceram à audiência pública. As negociações já haviam, portanto, começado, mas sem envolver a comoção da comunidade.

Assim, determina-se o caráter da duração contida na imagem, pois as lacunas que nela se depositam não duram na superfície do desenho, colocam-se em camadas cujos acessos se dão a qualquer tempo, exigindo a atenção do olhar. Desse modo, traços e linhas esboçam relações sociais, que são permeadas pelo olhar da antropóloga que, conforme aponta Favret-Saada (2005), permite-se afetar pelo campo, e faz do desenho seu instrumento de registro e análise a respeito do urbano.

Ademais, a manutenção do equilíbrio social no que concerne aos usos dos espaços do Mercado Público se deu pelo conflito entre o poder público e os grupos frequentadores, mas também, entre os permissionários e organizadores da festa. A heterogeneidade dos coletivos presentes na audiência formavam a “comunidade do Mercado”, e a união de todos em um mesmo ambiente evidenciou diferentes interesses para os usos do equipamento urbano. A territorialidade do MP e do *centro histórico* da cidade era vivida, reivindicada pelas pessoas, construída cotidianamente pelo ato dos cidadãos de *estarem lá* em seus momentos de trabalho e de lazer. Assim, suas decisões e gestos de permanência também declaravam táticas de negociação.

Ao isolarmos o caráter da mudança, podemos perceber os usos do espaço como táticas de reivindicação dos direitos de permanência e dos interesses “das classes populares” (Magnani, 2002, p. 23). A presença em campo, a relação com os interlocutores, permitia alcançar a compreensão das sensibilidades e dos sentimentos vividos no período por aquelas pessoas. Muitas vezes a alegria, a diversão, até mesmo certa euforia gerada pela mistura da música, do ambiente e da ingestão de bebidas alcoólicas, somada à incerteza sobre a continuidade da *Sexta Black*, definiam a aura que complementava a ideia

de participar da festa. Havia também a ternura que se percebia pelas presenças das famílias e o cuidado destas com as suas crianças, que dançavam e brincavam alegremente pelo pátio enquanto os preparativos aconteciam, elementos que definiam em alguma medida os significados do lugar naqueles momentos. Essas práticas no espaço desconstruíam as narrativas elitistas que os discursos oficiais são competentes em sugerir, pois o Mercado Público é socialmente construído por coletivos heterogêneos, ou seja, também por aqueles provenientes das periferias.

Considerando as dinâmicas sociais como estratégias de negociação para a construção dessas realidades, José Magnani (2002) comenta que, ainda que pareçam contraditórias, algumas decisões no âmbito da política são realizadas no sentido de articular o poder público e os interesses populares. Ele diz que são atividades combinatórias, pois, muitas vezes, representantes das comunidades se articulam com agentes públicos. Essa parceria permite que sejam resolvidos impasses ocasionados por interesses divergentes, entre o que é pretendido pela administração pública e aquilo que é reivindicado pelos grupos. Diante da atuação da vereadora proponente da audiência e de Agabê, com seu trânsito entre agente de estado/frequentadora das festas no MP, as articulações para as resoluções do conflito, que perdurou por meses, foram paulatinamente negociadas no/pelo espaço, delineando desfechos não previstos quando o poder público optou pela suspensão e remoção dos eventos.

A necessidade de negociação constante manteve a característica dos jogos de poder (jogos de força) entre o administrativo local e os grupos interessados no retorno da *Sexta Black* para o Pátio 4. As narrativas sobre o lugar e sobre os usos do Mercado acabaram por ser novamente editadas, e passaram a fazer parte de um imaginário criado para o *centro histórico* dentro da nova narrativa de uma *cidade pulsante*, assumida como imagem no *site* da cidade (GARCIA, 2018).

Da mesma forma, também ficam evidentes as modalidades de diversão e lazer eleitas pelas pessoas em ambientes públicos na cidade e como elas produzem as atividades de acordo com o que para elas significa diversão em lugares de patrimônio. O mesmo se pode estender para analisar as decisões adotadas pelo poder público. Ou seja, para a instituição também surge a necessidade de ressignificação dos lugares e das interações neles ocorridas. Seja pelos interesses que orbitam na esfera do poder, como forma de manutenção do equilíbrio social, seja no âmbito da gestão da *(des)ordem*.

Conforme dito antes, por se tratar de um bem patrimonial, o Mercado Público do município é alvo de disputas no âmbito das relações sociais, sendo matéria prima para a

ferramenta discursiva, que está à disposição de todos. E, nesse sentido, a narrativa é um dispositivo poderoso e maleável. Quando repetida constantemente, dilui-se entre narrativas oficiais e particulares, adapta-se e cria pontos de ancoragem para a reivindicação de interesses coletivos ou individuais. As experiências de lugar se complementam pelas narrativas verbais, usos do espaço, sentimentos, ações, percepções perpassadas pelos sentidos (LE BRETON, 2016), que constroem os significados dados aos espaços e ditam suas dinâmicas de uso. São, portanto, também da ordem do gesto e da agência dos corpos (GELL, 2018), e se expressam pela forma como os corpos imprimem no espaço os resultados de suas decisões. Nesse sentido, as narrativas aparecem compostas pelos gestos.

Como situação social, a realização da audiência e suas consequências colocaram os sujeitos urbanos em trânsito pelo Mercado, movimentaram as suas fronteiras pelo gesto de habitar os espaços e reeditaram as narrativas sobre ele. Esses grupos também são protagonistas dos (re)arranjos das narrativas oficiais da urbe, através das formas como negociaram as suas necessidades e permanências no Mercado Público. A continuidade das edições da *Sexta Black* mostrou-nos que, enquanto modos de habitar, o bem cultural em Pelotas é primordialmente consumido pelos habitantes da cidade de forma heterogênea e plural, principalmente após a requalificação do patrimônio para consumo como produto turístico. Assim, as práticas sociais ditas como da periferia supliciaram os discursos oficiais, bem como o protótipo de patrimônio cultural decorrente do passado imaginado pela administração pública. Dessa forma, as margens são criadas pelos significados de habitar a cidade, assim como as narrativas oficiais e particulares são imaginadas.

A negociação da territorialidade do Mercado é pensada como uma ressonância do vivido, que emerge pelo desenho, e tornou visível a tensão entre os campos de força gerados pelas estratégias da gestão e as táticas de permanência da comunidade, uma vez que estas promoveram o tensionamento das relações de disputas. A convocação da audiência pública desconstruiu um protótipo de cidade idealizada pelos gestores e emaranhada na cidade vivida por atores plurais, imbuídos de seus próprios lugares de fala e ação. Avistamos, assim, no drama social (RICOEUR, 1998), as etapas que compreendem concordância e discordância de pontos de vista como campos de forças que criam a unidade contextual pelo caráter das diferenças negociadas sobre um mesmo tema, e que são percebidos tanto pelo que foi narrado quanto pelo que foi sentido em campo.

Dessa forma, de acordo com Michel Agier (2015), os conflitos transformam continuamente os espaços pela fricção entre construção e desconstrução, implodindo a ideia de margens e fronteiras fixas, e fazendo com que os espaços assumam um caráter

móvel, coerente com os significados de *habitar* a cidade. Ao movimentarem-se pelos espaços públicos, os cidadãos conferem as suas próprias lógicas e sentidos ao que é construído narrativamente sobre a cidade. A gama variada de significados atribuídos ao Mercado Público revelou dilemas, ou seja, nem todos os tipos de atividades culturais e nem todos os coletivos urbanos são *aceitos* nos espaços de patrimônio público. Desse modo, estruturas sociais bem definidas, representadas por categorias de usuários, gestores públicos, permissionários, entre outros papéis sociais, assim como a arte, dão conta de conduzir a apreensão das negociações e das construções sociais do espaço patrimonial.

Por conseguinte, a arte como expressão de cultura popular é de suma importância para a compreensão da vida social constantemente em transformação. Tanto o Mercado quanto as periferias se movem com os seus significantes, algo que se tornou visível sobretudo através do traço desenhado no papel durante a pesquisa de campo. Nesse sentido, os desenhos trazidos ao longo do texto expressam experiências vividas que foram mais facilmente percebidas quando a pesquisadora, no período de elaboração da escrita da dissertação, recorreu aos desenhos feitos para pensar o campo e decidiu incluí-los como grafia. Foi a partir dessa experiência que o desenho, enquanto instrumento coadjuvante no processo de escrita etnográfica, mostrou seu protagonismo, pois contribuiu por ser um meio de narrar, de desencadear ideias.

Ao pensarmos o desenho como forma de inscrição no campo da vida, de acordo com Tim Ingold (2007), é necessário considerarmos o significado que as linhas trazem para a compreensão da vida como movimento e natureza das transformações. A vida, concebida pelo autor, não separa natureza e cultura, mas compreende que humanos e não humanos são conectados por linhas, por relações, que estão sempre em fluxo, como se terminássemos cada frase com reticências continuadas pelos rastros deixados pelo movimento. Os desenhos da pesquisadora não ilustram, mas expressam realidades, uma vez que são da ordem do fenômeno. Ou seja, o desenho *surge* como narrativa competente em expressar o movimento em (do) campo.

Em decorrência da abundância de material visual oriundo da experimentação no campo dos sentidos, pôde-se perceber que o desenho, como grafia complementar à escrita, pode ser parte do processo observacional, reflexivo e narrativo em antropologia. Essa técnica amplia o repertório de análise dos dados e se configura como um tipo de contribuição epistemológica ao campo, pois dá conta da descrição de outros elementos que somente a palavra não seria capaz de acessar. Além disso, as linhas carregam gestos que a tecnologia transformou em pontos lidos numa tela ou impressos no papel

(INGOLD, 2007). O desafio é o de transgredir a separação, articular o que a própria ciência foi competente em separar, a vida acadêmica e a vida *lá fora*. Algo como a criação e a recriação contínua das experiências de vida e da construção de cidade em camadas da vida vivida.

Notas

1. Autora. Desenvolveu a pesquisa no âmbito do mestrado em Antropologia (PPGAnt / UFPel) entre os anos 2016 e 2018. O texto contém releituras ou reinterpretções da dissertação em que os desenhos produzidos resultam de um conjunto de ferramentas metodológicas utilizadas na pesquisa empírica. O projeto de doutorado, em desenvolvimento, enfatiza as experimentações e contribuições do desenho e de outras grafias para a construção epistemológica em antropologia.
2. Profa. Dra. em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPel), acompanhou o desenvolvimento da pesquisa e participou da escrita deste artigo. É coorientadora da pesquisa de doutoramento da autora (PPGAnt/UFPel) e coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção da Imagem e do Som (LEPPAIS-Ufpel).
3. Tais premissas norteiam o grupo de pesquisas Antropoéticas junto ao LEPPAIS-UFPel.
4. A requalificação patrimonial diz respeito à seleção de um espaço a ser transformado e visa ao enobrecimento de uma área ou região (LEITE, 2010).
5. O Decreto 5.571/2012 dá responsabilidade ao município para a gestão do espaço através da parceria entre a SDET e a Secult. A colocação dessa normativa pelo gestor delimitava incisivamente a sensação e a crença do poder público de que, ao serem assumidas as atribuições de governo, foi recebida a incumbência da administração dos espaços públicos patrimoniais destinados ao desenvolvimento econômico, cultura e turismo (centro histórico, Mercado Público) e que a necessidade de reajuste dos projetos visava à “recuperação do Mercado Central”. O decreto era, em outras palavras, o termo de custódia do MP. Assim, as licitações das bancas no Mercado seriam as provas de que houve o visado “repovoamento do Mercado”.
6. As diferentes dinâmicas e atividades comerciais são previamente estabelecidas por edital. Assim, para que uma banca entre em funcionamento, é necessário que os interessados adéquem-se ao que é exigido pela administração pública local (SDET). No que diz respeito aos eventos musicais, os promotores culturais interessados devem redigir um projeto, cuja viabilidade é analisada pela Secretaria Municipal de Cultura.

Referências

AGIER, Michel. *Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos*. Trad. Graça Índias Cordeiro. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Rev. Mana*; Rio de Janeiro, RJ: vol.21, n. 3, dez, 2015.

AZEVEDO, Aina. Diário de Campo e Diário Gráfico: contribuições do desenho à antropologia. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 100-119, jan. / jun, 2016. Disponível em: (<<http://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/34737>>). Acesso em: jul. 2017.

AZEVEDO, Aina. Um convite à antropologia desenhada. *Revista Metagraphias: metalinguagens e outras figuras*, v. 1, n. 1, p. 194-208, mar, 2016. Disponível em: (<<https://periodicos.unb.br/index.php/metagraphias/article/view/50>>). Acesso em: abr. 2020.

BEZERRA, Daniele B. *A ressonância afetiva das memórias como meio de transmissão para um patrimônio difícil: monumentos em antigos leprosários*. 2019. 520f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BRUNO, Fabiana. Potencialidades da experimentação das grafias no fazer antropológico: imagens, palavras e montagens. *Tessituras – Revista de Antropologia e Arqueologia*: Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPel., vol 7, n. 2, jul / dez, 2019. Disponível em: (<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/16500>>) Acesso em fev 2020.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. Tradução: Paula Siqueira. *Cadernos de campo*. n° 13, 155-161 p. 2005.

GARCIA, Tanize. *Mercado Público de Pelotas no País das Maravilhas: uma etnografia sobre a pluralidade narrativa de um patrimônio em disputa*. Dissertação. 212f (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

GELL, Alfred. A construção do índice In *Arte e Agência: uma teoria antropológica*. São Paulo: UBU, p.113-122, 2018.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. A Antropologia das sociedades contemporâneas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Ed. Global, p. 2-51, 1987.

INGOLD, Tim. *Lines: a brief history*. London: Routledge, 2007.

INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2016.

LEITE, Rogério P. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: vol. 25, núm. 72, p. 73-88, fev./ 2010.

Disponível em: (<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713660006>>). Acesso: ago. 2017.

MAGNANI, José. Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas de uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 17, n. 49, p. 13-29, jun./2002.

MILLER, Mitch. Illustrating space as collaborative, socially engaged practice: the first report from the Draw Duke Street residency. *Spatialising Illustration. Varoom! Lab*. Online Issue Two, p. 24-40. mar./2014. Disponível em: (<https://issuu.com/dialectograms/docs/m_miller_varoomlab>). Acesso: jul. 2017.

PEIRANO, Mariza. Uma antropologia no Plural. In: *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília, DF. Ed. Universidade de Brasília, p. 235-250, 1992.

PEIRANO, Mariza. *A favor da Etnografia*. Rio de Janeiro: Ed Relume-damará, 1995.

PINHEIRO, Patrícia; MAGNI, Claudia T.; KOSBY, Marília F. Antropoéticas: outras (Etno)Grafias. *Rev. Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia*: Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFPel, vol 7, n. 2, jul-dez, 2019.

RICOEUR, Paul. Arquitetura e Narratividade. *Urbanisme*, n. 303, p. 44-51 nov./dez, 1998.

SILVA, Marcella Carvalho de Araujo. A transformação da política na favela: desconstruindo a “ausência” do Estado. *Revista Antropolítica*, n. 38, Niterói, p. 299-319, 1. sem., 2015. Disponível em: (<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/343>) Acesso em jan. 2018.

Recebido em 29 de fevereiro de 2020.

Aceito em 15 de maio de 2020.